

QUESTÃO SOCIAL E TERAPIA OCUPACIONAL: RECOLOCANDO A CRÍTICA SOB BASE MARXISTA

Social issue and Occupational therapy: replacing the criticism under marxist basis

Cuestión social y Terapia Ocupacional: reemplazando la crítica sobre una base marxista

Bezerra, W.C. & Basso, A. C. S. (2022). Questão social e Terapia Ocupacional: recolocando a crítica sob base marxista. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. 6(4), 1450-1461. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto50011

Waldez Cavalcante Bezerra 

<https://orcid.org/0000-0001-7178-4074>
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
Maceió, AL, Brasil.

Ana Carolina de Souza Basso 

<https://orcid.org/0000-0003-0473-7256>
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Resumo

Objetivo: Debater a questão social a partir de suas dimensões ontológico-materiais, política e da intervenção do Estado, apresentando seus fundamentos e recolocando o debate crítico sobre esta categoria, a partir do marxismo, para a Terapia Ocupacional. **Síntese dos elementos do estudo:** Diversas são as perspectivas de análise da questão social e, dependendo do modo como esta é apreendida, estabelecem-se determinadas formas de enfrentamento ou ocultam-se os processos envolvidos na sua gênese e reprodução. **Conclusão:** Na Terapia Ocupacional, o debate sobre questão social tem se tornado mais presente nas últimas décadas, uma vez reconhecida a estreita relação que a profissão estabelece com tal categoria.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional. Marxismo. Problemas Sociais

Abstract

Objective: To discuss the Social Issue from its ontological-material, political and State intervention dimensions, presenting its foundations and replacing the critical debate on this category, from Marxism, to Occupational Therapy. **Synthesis of the study's elements:** There are several perspectives for analyzing the Social Issue and, depending on how it is understood, certain forms of confrontation are established or the processes involved in its genesis and reproduction are hidden. **Conclusion:** In Occupational Therapy, the debate on Social Issues has become more present in recent decades, once the close relationship that the profession establishes with this category has been recognized.

Keywords: Occupational Therapy. Marxism. Social Problems

Resumen

Objetivo: Discutir la cuestión social desde sus dimensiones ontológico-material, política y de intervención del Estado, presentando sus fundamentos y desplazando el debate crítico sobre esta categoría, del marxismo, a la Terapia Ocupacional. **Síntesis de los elementos del estudio:** Existen varias perspectivas para analizar la cuestión social y, según cómo se perciba, se establecen ciertas formas de confrontación o se ocultan los procesos involucrados en su génesis y reproducción. **Conclusión:** En Terapia Ocupacional, el debate sobre cuestiones sociales se ha vuelto más presente en las últimas décadas, una vez reconocida la estrecha relación que la profesión establece con esta categoría.

Palabras clave: Terapia Ocupacional. Marxismo. Problemas Sociales

1. Introdução

Usualmente, compreende-se a questão social como problemas sociais vinculados à pobreza e a miséria, além de outras manifestações das relações sociais capitalistas. Várias são as perspectivas de análise da questão social e, dependendo do modo como é apreendida, estabelecem-se determinadas formas de enfrentamento ou mesmo ocultam-se os processos sociais envolvidos na sua gênese e reprodução. Segundo Netto (2013) o termo questão social passou a ser utilizado a partir da terceira década do século XIX, contexto pós-revolução industrial, para fazer referência ao pauperismo. Este caracteriza-se como uma pobreza típica do capitalismo, distinguindo-se da pobreza das formas societárias anteriores, onde vivenciava-se uma escassez de recursos decorrente do baixo desenvolvimento das forças produtivas. Com o avanço tecnológico industrial provocado pelo capitalismo, o pauperismo continua a existir mesmo em uma sociedade de abundância, onde existem condições técnicas para eliminá-lo.

O uso do termo questão social popularizou-se e foi incorporado por pensadores, filósofos, políticos, jornalistas etc., filiados a diferentes matrizes ideopolíticas. Para Netto (2013), podemos categorizar a diversidade do trato teórico dado à questão social em dois grandes blocos: conservador e crítico revolucionário.

O primeiro, possui expressão tanto cristã quanto laica, interpreta o fenômeno como natural e possível de eliminar na sociedade vigente, seja por medidas de cunho moral ou com planejamento da gestão pública na alocação de recursos em políticas sociais. O segundo, compreende a questão social como insolúvel na ordem do capital e está radicada na lei geral da acumulação capitalista, que produz riqueza exponencialmente ao mesmo tempo em que gera pobreza (Netto, 2013). Feitas essas considerações, demarcamos a segunda perspectiva como aquela que nos filiamos neste texto.

Na Terapia Ocupacional, o debate sobre questão social está cada vez mais presente, uma vez reconhecida a estreita relação que a profissão estabelece com tal categoria, a qual está presente em autores preocupados em compreender desde a análise da gênese e o desenvolvimento histórico da profissão em sua relação com a sociedade, até as problemáticas e ações junto à grupos populacionais específicos (Duarte, 2016).

A preocupação com a questão social emergiu na Terapia Ocupacional em fins da década de 1970 em meio à dinâmica social da época, quando terapeutas ocupacionais questionaram seu papel como técnicos na reprodução dos valores hegemônicos da sociedade, tomando como base teóricos como Goffman, Foucault, Basaglia e Gramsci (Barros et al. 2002).

Este momento do desenvolvimento da profissão no Brasil se caracterizou por um giro crítico, em decorrência da sua aproximação a referenciais advindos das ciências humanas e sociais, os quais

possibilitaram à crítica ao instituído, às desigualdades sociais, à função social e ao compromisso ético-político da categoria.

Na tradição crítica da Terapia Ocupacional brasileira é consenso a vinculação histórica entre a profissão e a questão social, uma vez que a Terapia Ocupacional, assim como outras categorias inscritas na divisão sociotécnica do trabalho, surgiu para enfrentar as expressões da questão social no contexto contraditório da relação capital-trabalho no capitalismo monopolista (Bezerra & Trindade, 2013; Lopes, 1993; Soares, 1991). Defendemos que a temática se coloca na profissão ainda de modo atual, pois as mudanças societárias que marcam o capitalismo neoliberal contemporâneo têm provocado o agravamento do conjunto de expressões da questão social que se apresentam para terapeutas ocupacionais como demandas profissionais nos diferentes espaços de atuação.

Apesar da incorporação deste debate na profissão, é notória a escassez de produções que abordam os fundamentos ontológico-materiais da questão social. Defendemos que somente a partir da ida a estes fundamentos torna-se possível captar o significado real e os limites e possibilidades das políticas sociais implementadas pelo Estado no enfrentamento das expressões da questão social, através da requisição de profissionais, dentre eles terapeutas ocupacionais.

Buscamos, então, apresentar estes fundamentos e debater a respeito da função do Estado no trato da questão social, recolocando o debate crítico sobre esta categoria, a partir do marxismo, para a Terapia Ocupacional.

2. As dimensões ontológico-material e política da questão social

Neste item explicitamos a gênese da questão social a partir da sua base material e seus desdobramentos sociais e políticos. Seguimos as proposições de Pimentel (2016), que identifica três dimensões da questão social: suas raízes materiais e seu fundamento ontológico, ou seja, a base objetiva de sua configuração; sua dimensão política, expressa na organização e luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho; e a dimensão da intervenção do Estado, que varia a depender da fase do desenvolvimento capitalista.

Como a questão social se vincula à constituição do modo de produção capitalista, a determinação material da sua gênese pode ser desvelada através da análise da lógica produtiva e reprodutiva deste sistema, a qual Marx (1996) denominou de lei geral da acumulação capitalista. A origem do capitalismo foi possibilitada pela chamada acumulação primitiva, processo violento que permitiu a expropriação e expulsão dos trabalhadores rurais do campo, o roubo dos bens da Igreja e a usurpação dos domínios do Estado, provocando desemprego, conflitos sociais, violência e disseminação de doenças (Marx, 1996).

Este processo resultou na ascensão da hegemonia capitalista e no surgimento das suas classes fundamentais e antagônicas, burguesia e classe trabalhadora:

Assim se explica que os primeiros acumularam riquezas e os últimos, finalmente, nada tinham para vender senão sua própria pele. E desse pecado original data a pobreza da grande massa que até agora, apesar de todo seu trabalho, nada possui para vender senão a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham parado de trabalhar (Marx, 1996, p. 339).

Dessa acumulação primitiva decorrem os males sociais que fundamentam a ascensão da questão social. Apesar de Marx nunca ter utilizado o termo questão social em suas obras, usando o termo males sociais para designar os problemas decorrentes da exploração do trabalho pelo capital, ele revelou as contradições da sociedade capitalista, tornando possível apreender a questão social como resultante dela.

Segundo Marx (1996), a composição orgânica do capital expressa a relação entre capital constante (meios de produção) e capital variável (força de trabalho). O crescimento global de capital demanda um aumento da sua parte variável, já que é esta a única que tem a capacidade de, em contato com os meios de produção, produzir mais-valia¹. Assim, mantendo-se constantes todas as condições, e a composição do capital ficando inalterada, de acordo com Marx, a tendência seria a cada ano um aumento da demanda por força de trabalho até o ponto em que esta demanda superaria a oferta de trabalho, causando um aumento dos salários e melhorando as condições de vida dos trabalhadores, mas, sem alterar, em nada, o caráter explorador da produção capitalista.

Ainda, supondo as condições favoráveis ao trabalhador em termos de maiores salários que possibilitariam uma maior satisfação das suas necessidades, ele não se liberta da exploração; esta tende expandir-se e intensificar-se, dado que a força de trabalho é comprada para satisfazer as necessidades da valorização do capital e não do atendimento às necessidades do trabalhador, ou seja, a "produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção" (Marx, 1996, p. 351). Disso decorre que o aumento dos salários só pode se efetuar até o ponto em que não ameace a reprodução do sistema, pois, na melhor das hipóteses, ele apenas significa uma diminuição na parte do trabalho não-pago tomado pelo capitalista, jamais a supressão deste.

O aspecto que nos interessa diretamente nessa dinâmica capitalista é o processo de criação de uma superpopulação relativa de trabalhadores, a partir das alterações na relação entre capital constante e capital variável. Segundo Marx (1996), o crescimento da parte variável não ocorre na mesma proporção da parte constante, de modo que quanto mais investe-se em meios de produção, menos investe-se em força de trabalho, uma vez que o avanço tecnológico permite que um número menor de trabalhadores produza a mesma, ou até maior quantidade de mercadorias antes produzidas.

¹ A mais-valia para Marx (1996) depende da proporção entre a parte da jornada de trabalho necessária para reproduzir o valor da força de trabalho (trabalho pago) e o excedente de tempo, ou sobretrabalho (trabalho não-pago), realizado para o capital.

É essa dinâmica, aparentemente contraditória, mas necessária ao capitalismo, que cria “uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital” (Marx, 1996, p. 261).

Marx (1996) afirma, ainda, que a superpopulação relativa pode se manifestar de três formas: flutuante, quando o número de trabalhadores pode aumentar ou diminuir, aumentando o número de empregados, porém, não na mesma razão do aumento da produção; latente, relacionada com a constante migração do campo para a cidade; estagnada, representada pelos trabalhadores irregulares, supérfluos, precários e temporários. Para Marx (1996, p. 273) “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa habita a esfera do pauperismo” e divide-se em três grupos: os aptos para o trabalho, os filhos e órfãos dos indigentes e os incapazes para o trabalho. É nesta fração da classe trabalhadora que se expande com maior rapidez a pauperização e a miséria.

A funcionalidade dessa população sobranter não reside apenas na sua disponibilidade de ser absorvida pelo mercado de trabalho de acordo com as necessidades de expansão do capital, mas no papel que ela cumpre no controle dos trabalhadores que estão na produção, seja pressionando os salários para baixo, seja quebrando as possíveis resistências desse “material humano” na luta por melhores condições de vida e de trabalho.

Nesse movimento, em que a expansão do capital é também expansão de trabalhadores sobranter e a expansão de riqueza e o aumento da miséria são dois lados da mesma moeda, os trabalhadores começaram a tomar consciência, no século XVIII, de que,

[...] o grau de intensidade da concorrência entre eles depende inteiramente da pressão da superpopulação relativa; assim que eles, então mediante Trade’s Unions etc., procuram organizar uma atuação conjunta planejada dos empregados com os desempregados para eliminar ou enfraquecer as ruinosas conseqüências daquela lei natural da produção capitalista sobre sua classe [...] (Marx, 1996, p. 279).

Foi a partir desta tomada de consciência e organização dos trabalhadores que se evidenciou a dimensão política da questão social, como afirma Pimentel (2016), mas cuja raiz encontra-se na base material desse modo de produção. A questão social adquiriu caráter essencialmente político quando os indivíduos empobrecidos se organizaram e ofereceram resistência às más condições de vida e trabalho. A dimensão política da questão social é imanente ao conflito de classes no capitalismo, sendo reconhecida como problema a ser enfrentado pela iniciativa pública, na medida em que começou a ameaçar a ordem social.

Foi, portanto, a parcela da classe trabalhadora sobranter que se tornou o alvo da filantropia e da assistência social, despertando maiores investimentos políticos por parte do Estado, na tentativa de enfrentar as expressões da questão social, sem de fato atacar a sua raiz para não colocar em xeque a reprodução do capital, pois:

quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. [...] Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista. [...] A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto [...] (Marx, 1996, p. 274-5). [Grifos do autor].

Concordamos com Bezerra & Almeida (2020) que esta abordagem geral da questão social desvela o seu fundamento ontológico-material e a sua relação imanente com o capitalismo, porém, por si só, é insuficiente para apreender as suas particularidades em contextos específicos. Sem renunciar à perspectiva de totalidade, apresentamos, a partir da teoria marxista da dependência, alguns elementos da formação do capitalismo na América Latina, pois dela decorrem particularidades regionais na conformação da questão social na região.

Integrada de modo subalterno à economia mundial a partir do século XVI, a América Latina (do período colonial até a atualidade) esteve subsumida aos ditames do capital. Ainda na análise da acumulação primitiva, Marx (1996) sinalizou a importância das regiões periféricas para o processo de acumulação de capital e desenvolvimento dos países centrais:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras, marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva (Marx, 1996, p. 370).

A acumulação primitiva de riquezas nos países centrais produziu o seu oposto nas regiões periféricas, a desacumulação primitiva. Na América Latina, por exemplo, essa desacumulação se deu pela expropriação das riquezas naturais e exploração desmedida da força de trabalho pelos países centrais, gerando a pobreza e aprofundando as desigualdades sociais entre centro e periferia (Paiva et al., 2010). As colônias funcionaram como aspecto essencial do desenvolvimento capitalista, "constituindo-se em poderosas alavancas de concentração de capitais" e ampliando as potências do mercado europeu (Mazzeo, 1988, p. 6).

A necessidade de matéria-prima imposta pelo nascimento da grande indústria europeia foi suprida pela disponibilidade das riquezas naturais fornecidas pela América Latina, garantindo o desenvolvimento industrial europeu. Integrando-se à economia mundial de modo subalterno, coube aos países periféricos a produção de bens primários para a exportação e a importação de tecnologia, equipamentos e

maquinarias, fato que gerou uma dependência e contradição interna: a produção destas regiões se orientarem e serem vendidas, majoritariamente, no mercado externo (Marini, 2011).

Entretanto, a dependência está assentada não apenas na diferença da natureza das mercadorias produzidas em cada região, mas sim no desequilíbrio entre valor e preço², quando se troca uma quantidade maior de valor por outra menor. Isto incorre em uma transferência de mais-valia dos países dependentes para os centrais.

[...] Transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas, o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendem seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem [...] (Marini, 2011, p. 145).

Para compensar essa troca desigual, Marini (2011) afirma que os países dependentes buscam intensificar a extração de mais-valia a partir de três mecanismos: intensificando o trabalho, prolongando a jornada de trabalho e expropriando parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho. Estas condições determinam que haja uma superexploração da força de trabalho na América Latina.

Além disso, importa ressaltar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada, inclusive, a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos [...] significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor (Marini, 2011, p. 149-50).

Portanto, a questão social na América Latina apresenta elementos de uma longa história condicionada pelos processos de colonização e exploração, manifestando-se por meio de diferentes expressões. Apesar da sua origem localizar-se nos determinantes da lei geral de acumulação capitalista, ela também se assenta na lógica da subordinação e da dependência, apresentando como característica uma maior exploração da força de trabalho no processo produtivo, desencadeando junto aos trabalhadores um conjunto de misérias, privações e violências mais intensas do que nas regiões centrais do sistema (Bezerra & Almeida, 2020).

² O valor resulta da quantidade de trabalho despendida na produção de uma mercadoria. Ele é socialmente determinado, pois depende do tempo médio de produção, levando-se em conta a produção média da sociedade, onde uma das dimensões determinantes é seu desenvolvimento tecnológico (Marx, 1996). Assim, mercadorias trocadas no mercado pelo mesmo preço não significam exatamente que possuam o mesmo valor, ou seja, não incorporaram o mesmo tempo de trabalho socialmente necessário na sua produção.

Temas como a exploração ambiental, os conflitos envolvendo os povos e comunidades tradicionais, o modo peculiar como se deu a formação das nações e das classes sociais, a ausência da experiência de um Estado de bem-estar social, o processo de concentração de riquezas e de poder pelas minorias ricas e o crescimento das populações pobres, as sequelas que figuram a desigualdade e as injustiças estruturais não superadas pelos processos de 'independência' do século XIX e de modernização do século XX, são apenas alguns dos temas relevantes para situar a 'questão social' no contexto latino-americano (Bezerra & Almeida, 2020, p. 556-57).

Analisadas as bases materiais e apontada a dimensão política da questão social, passemos à discussão sobre o papel do Estado no trato dela, sua terceira dimensão.

3. A dimensão da intervenção do Estado na questão social

Com o desenvolvimento do capitalismo, sobretudo a partir da sua fase monopolista que inicia no fim do século XIX, intensifica-se a contradição entre socialização da produção e apropriação privada da riqueza, demandando a intervenção de mecanismos extra-econômicos para manutenção da reprodução ampliada do capital.

Braverman (1974) ressalta que no âmbito das nações capitalistas, a miséria e a insegurança aumentaram e tornaram-se aspectos quase que permanentes da vida em sociedade, de modo que a filantropia privada se tornou incapaz de controlá-las. O agravamento e a persistência dessas contradições ameaçam a própria estrutura social, fazendo com que o Estado intervenha para manter a vida social e aliviar a insegurança, garantindo através da sua intervenção a reprodução do capitalismo.

O Estado se configura como elemento chave nesse processo, reestruturando suas funções políticas e econômicas para atender as necessidades monopolistas. De acordo com Mandel (1985, p. 333-34) estas funções podem ser classificadas da seguinte forma:

- 1) criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante;
- 2) reprimir qualquer ameaça das classes dominadas [...] ao modo de produção corrente através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário;
- 3) integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou que é 'dos males o menor', ou a 'vontade suprema', ou porque nem percebem a exploração).

Desse modo, o Estado internaliza o trato da questão social como mais uma demanda colocada pela nova dinâmica capitalista, criando as políticas sociais. Ele incorpora algumas demandas colocadas pela classe trabalhadora na luta de classes, sem que isso altere a sua natureza, pois o Estado é um mecanismo de dominação de classe cujas feições alteram-se em cada modo de produção e formação social, e contexto político-econômico ao longo da história.

No capitalismo monopolista, o Estado estabelece uma relação ambígua com as classes dominantes: ao tempo em que é visceralmente requisitado, é compulsivamente repellido. É requisitado a responder demandas sociais, através de políticas sociais para manejar as expressões da questão social que aprioristicamente não são lucrativas; e repellido em setores interventivos onde o capital pode operar sob a lógica mercadológica. Trata-se de uma relação essencialmente pragmática (Behring, 2018).

Por esta razão, por mais direitos que a classe trabalhadora venha a conquistar e por mais interventor que o Estado possa ser, isto não elimina, por completo, as desigualdades que mobilizaram a sua intervenção, pois segundo Marx (2010, p. 60) "o Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição".

A socialização de direitos sociais possibilitada, por exemplo, no Estado de Bem-Estar Social, restrita a poucos países, só foi possível graças às elevadas taxas de extração de mais-valia através da exploração dos trabalhadores na periferia do sistema. Conforme Lessa (2007, p. 285):

Assim que as necessidades da reprodução do capital se alteraram, alterou-se no mesmo sentido a atuação do Estado. Transitou-se, sem solução de continuidade, do Estado de Bem-Estar ao Estado neoliberal: seu conteúdo de classe permaneceu o mesmo, não se alterou em nada a sua função social. O que mudou foram as necessidades para a reprodução do capital.

A estratégia utilizada para não revelar a dimensão ontológico-material entre o capitalismo e a questão social é fragmentar esta última e fazê-la parecer um problema particular dos indivíduos, que não mantém relação nenhuma com a forma de organizar a produção material em sociedade. A respeito disso, Netto (2009, p. 39) explicita que:

[...] a intervenção estatal sobre a 'questão social' se realiza [...] fragmentando-a e parcializando-a. E não pode ser de outro modo: tomar a 'questão social' como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho – o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa. Enquanto intervenção do Estado burguês no capitalismo monopolista, a política social deve constituir-se necessariamente em políticas sociais: as seqüelas da 'questão social' são recortadas como problemáticas particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas. [Grifos do autor].

O debate sobre questão social demanda, conforme explicitado, a compreensão de suas três dimensões (suas bases ontológico-materiais, seus desdobramentos sociais e políticos, e o papel interventor do Estado). Este esforço teórico convoca-nos a compreender esta categoria social a partir das bases da própria organização da produção capitalista, uma vez que foi esta que determinou uma pobreza da classe trabalhadora de novo tipo, bem como considerando os movimentos das lutas de classe.

A recolocação deste debate a partir do marxismo para a Terapia Ocupacional se faz pertinente no sentido de aprofundar a análise da realidade social e compreender os limites e possibilidades que se colocam para o exercício profissional, uma vez que são as demandas da classe trabalhadora, que vivenciam diretamente as expressões da questão social, que a profissão se propõe a responder.

4. Considerações finais

A utilização dos referenciais marxiano e marxistas para este debate não se deu simplesmente por uma opção teórica, mas pelo seu caráter essencialmente revolucionário que se volta para a superação da sociedade capitalista e, conseqüentemente, da questão social. A partir destes referenciais, entendemos que as expressões da questão social são fruto das contradições do capitalismo e que, portanto, a interpretação das mesmas não pode estar desconectada das suas raízes, buscando-se ultrapassar a aparência dos fenômenos e, por meio das mediações, captar os múltiplos determinantes do objeto em estudo, numa perspectiva de totalidade.

Cabe reforçar que explicar a questão social em suas raízes é também desvelar a natureza contraditória das suas expressões e, conseqüentemente, das demandas que se apresentam à Terapia Ocupacional no mercado de trabalho. Tais aspectos só podem ser apreendidos a partir de uma matriz teórico-metodológica radicalmente crítica, ou seja, capaz de desvelar os nexos causais entre aparência e essência da questão social, uma vez que “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação [a aparência] e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (Marx, 1983, p. 271).

É em meio à contradição que o exercício profissional de terapeutas ocupacionais acontece. Ao analisar as dimensões da questão social a partir deste referencial, reconhecemos os limites das estratégias para resolvê-la no âmbito do capitalismo, por meio das políticas sociais e ações profissionais. Contudo, a defesa intransigente destas políticas e a luta por seu fortalecimento se configuram como ação profissional importante para terapeutas ocupacionais, visto que através de sua operacionalização é possível enfrentar os impactos das desigualdades e das violências na vida das populações acompanhadas. Conforme apontado por Lopes (2016, p. 35), “não achamos pouco enfrentá-los e nesse espaço buscamos, também, nos mover”.

Referências

- Barros, D. D., Ghirardi, M. I. G., & Lopes, R. E. (2002). Terapia ocupacional social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade De São Paulo*, 13(3), 95-103. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v13i3p95-103>
- Behring, E. R. (2018). Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: Boscheti, I; Behring, E. R. & Lima, R. L. *Marxismo, política social e direitos* (pp. 39-72). São Paulo: Cortez.
- Braverman, H. (1974). *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Bezerra, W. C., & Trindade, R. L. P. (2013). A Terapia Ocupacional na sociedade capitalista e sua inserção profissional nas políticas sociais no Brasil. *Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional*, 21(2), 429-437. <https://doi.org/10.4322/cto.2013.045>
- Bezerra, W.C. & Almeida, L. M. (2020). Subordinação e dependência na América Latina: apontamentos para pensar a "questão social". *Revista Libertas*, Juiz de Fora, 20(2), 544-560. <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2020.v20.30604>
- Duarte, M. L. M. C. (2016). *Terapia ocupacional e a questão social no Brasil: uma análise de suas publicações*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8037>
- Lessa, S. (2007). A Emancipação Política e a Defesa dos Direitos. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 90, 34-57. https://doi.org/10.26512/ser_social.v17i37.13435
- Lopes, R. E. (2016). Cidadania, Direitos e terapia ocupacional social. In: Lopes, R.E. & Malfitano, A.P.S. (orgs). *Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 29-38). São Carlos: EdUFSCar.
- Lopes, R.E. (1993). A direção que construímos: algumas reflexões sobre a formação do terapeuta ocupacional. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, 4(7), 27-35. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-195633>
- Mandel, E. (1985). *O capitalismo tardio*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural.
- Marini, R. M. (2011). Dialética da dependência. In.: Traspadini, R. & Stedile, J. P. (orgs.). *Ruy Mauro Marini* (pp. 131-172). 2 ed. São Paulo: Expressão Popular.

- Mazzeo, A. C. (1988). *Burguesia e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, Série Princípios.
- Marx, K. (1996). *O Capital: crítica da economia política*. V. I, Tomo II. Coleção Os Economistas. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural.
- Marx, K. (1983). *O capital: crítica da economia política*. V. III. São Paulo: Abril Cultural.
- Marx, K. (2010). *Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O rei da Prússia e a Reforma Social" de um Prussiano*. São Paulo: Expressão Popular.
- Netto, J.P. (2009). *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 7 ed. São Paulo: Cortez.
- Netto, J. P. (2013). A questão social na América Latina. In.: Garcia, M. L. T. & Raizer, E. C. (orgs.). *A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano* (pp. 83-111). Vitória-ES: EDUFES.
- Paiva, B.; Rocha, M. & Carraro, D. (2010). Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. *Revista Ser Social*, Brasília, 12(26), 147-175.
https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12702
- Pimentel, E. (2016). As bases ontológicas da "questão social". *Boletim do Tempo Presente*, Aracaju, 11, 1-12. <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente>
- Soares, L.B.T. (1991). *Terapia Ocupacional: lógica do capital ou do trabalho?* São Paulo: Editora Hucitec.

Contribuição dos autores: Todos os autores foram responsáveis pela idealização, escrita e revisão do texto.

Recebido em: 07/02/2022

Aceito em: 12/11/2022

Publicado em: 30/11/2022

Editor: Alessandro Tomasi